

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

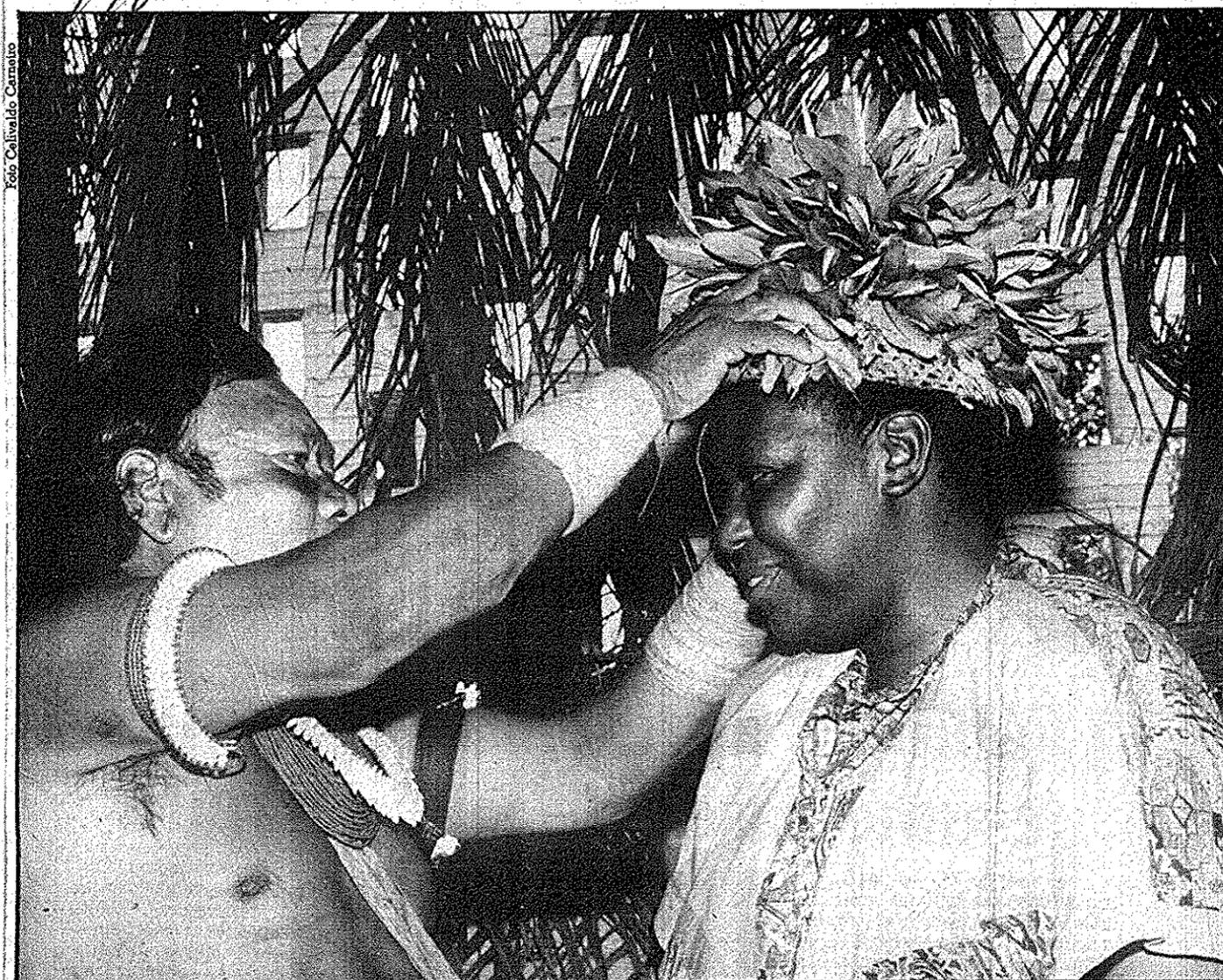
Fonte: *O liberal*

Class.: *232*

Data: *25 de fevereiro de 1989*

Pg.: _____

Jarbas propõe CPI da Amazônia



O cacique Tuto Pombo põe um cocar na deputada Benedita da Silva, no último dia do Encontro, ontem

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) vai propor a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Senado, para apurar as tentativas de internacionalização da Amazônia. O senador ainda está coletando assinaturas e deverá apresentar o requerimento na semana que vem. Na sessão da Câmara, ontem, os debates giraram em torno das pressões que o Brasil vem sofrendo. "Nós, que nascemos no Estado do Pará, achamos graça ao ver o Sting vir lá da Inglaterra cantar para os índios", desabafou o deputado Gérson Peres (PDS-PA).

(Página 3)

Contra todas as hidrelétricas

Foi surpreendente a conclusão contida na nota oficial concisa que os índios divulgaram, ontem, ao final do encontro de Altamira: eles reafirmaram, como se esperava, que não querem a barragem de Belo Monte, mas também mostraram-se contrários à construção de hidrelétricas em qualquer rio da Amazônia. O presidente José Sarney, se depender do cacique txucarramãe Raoni, enfrentará uma guerra, caso se disponha a insistir no projeto: "É muito perigoso homem branco mexer com meu povo", advertiu o cacique. Ontem, os índios homenagearam deputados.

(Página 4)

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 232

Data: 25 de fevereiro de 1989

Pg.: _____

Tentativa de internacionalizar Amazônia será apurada por CPI

Brasília (AE) — Uma proposta do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), de constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as tentativas de internacionalização da Amazônia, foi bem recebida por senadores e deputados de vários partidos. A questão da Amazônia, inclusive, foi o tema central dos debates de ontem na Câmara dos Deputados. O deputado Gérson Peres (PDS-PA) congratulou-se com Passarinho por querer investigar "essa terceira investida da cobiça internacional em nossa Amazônia". E criticou: "Nós que nascemos lá (no Pará), achamos graça ao ver o Sting vir lá da Inglaterra cantar para os índios e nos ensinar a preservar o que é nosso. Eles querem nosso retrocesso".

O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) previu que "a esquerda" do Senado, formada, segundo ele, pelo PDT, parte do PSDB, parte do PMDB e PSB, vai apoiar totalmente os trabalhos da

CPI. "Essa CPI vai ter uma função didática, terapêutica até, e vai marcar certos horizontes dessa preocupante questão", afirmou. Corrêa disse esperar, porém, que, se o resultado das investigações não for do agrado do governo, não haja um arquivamento.

Na sessão de ontem da Câmara, a chamada "pressão internacional" sobre o Brasil, a propósito da Amazônia, foi condenada por partidos tão diferentes quanto o PFL, PL, PCB, PDS e PSDB. "Por fim, chegamos a ter um acordo com o sr. José Lourenço", brincou o deputado Fernando Santana (PCB-BA), aludindo à coincidência de posição com o líder do PFL, José Lourenço, seu conterrâneo.

"Não é possível — disse José Lourenço — que parlamentares norte-americanos e europeus se reúnam em território nacional para tratar de assuntos de nossa exclusiva competência". Criticou a vinculação da concessão de empréstimos internacio-

nais à ação do governo brasileiro na Amazônia, e propôs retaliação. Para começar, a exigência de visto para os norte-americanos entrarem no Brasil, como se faz com os brasileiros que vão aos Estados Unidos.

Com apoio dos líderes do PMDB, PFL e PSB o senador Jarbas Passarinho requereu na última quinta-feira a formação de uma CPI sobre a internacionalização da Amazônia, visando principalmente investigar a relação entre as denúncias de desmatamento e as pressões internacionais sobre a região.

Ao apresentar a proposta de criar a CPI, Passarinho disse que num encontro informal mantido há pouco tempo com o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Paulo de Tarso Flecha Lima, este lhe observou que nunca o Brasil esteve sujeito a tantas pressões como agora. A pressão estaria vindo dos Estados Unidos, Alemanha, França, Noruega e Holanda, principalmente.

Jarbas Passarinho referiu-se a reunião dos índios do Xingu, em Altamira, que terminou ontem, como "encontro multinacional", e criticou o senador americano Thimoty Pierce, que, numa audiência com o presidente José Sarney, acenou com a possibilidade de uma oferta de 8 bilhões de dólares de ajuda ao Brasil em troca do compromisso brasileiro de proteger a Amazônia. "Foi uma proposta insólita", atacou ele.

O senador está colhendo as 23 assinaturas exigidas pelo regimento e deve dar entrada com o pedido de constituição da CPI na próxima terça ou quarta-feira, junto à Secretaria-Geral do Senado.

Kayath rebate críticas

São Paulo (Radiobrás) — O superintendente da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), Henry Kayath, rebateu ontem as críticas feitas por vários países em movimentos contra o desenvolvimento da Amazônia, argumentando que estes países desconhecem completamente a realidade daquela região. Ele disse que, através de dados científicos, vai provar que a Amazônia legal não está sendo devastada.

"Nós conseguimos provar que a Amazônia, quando olhada com a honestidade científica, verifica-se

que os investimentos que ali estão sendo feitos, não destroem a riqueza natural, cujo aproveitamento é realizado de forma correta, sem interferir no ecossistema da região", esclareceu.

Henry Kayath esteve reunido em São Paulo, com empresários, para discutir questões como a política de incentivos fiscais, programas ecológicos e energéticos. Ele disse que a Sudam está fazendo uma avaliação de todos os projetos aprovados para a região e que todos estes estão sob controle do governo.

Sarney dirá a Bush que rejeita ingerência

Tóquio (Radiobrás) — A dívida externa do Brasil deverá ser o tema principal da reunião que o presidente José Sarney terá hoje com o presidente dos Estados Unidos, George Bush, na sede da embaixada americana em Tóquio. Os dois chefes de Estado vieram ao Japão para os funerais do imperador Hirohito.

Outro tema que deverá ser discutido é a questão da preservação da Amazônia. O presidente Sarney, que já declarou inúmeras vezes que o Brasil não aceita nenhum tipo de ingerência em questões internas, está pronto para defender a posição brasileira de soberania daquela extensa área.

Se o presidente Bush levantar esta questão, o que o senhor pretende responder?, indagou um jornalista. Vou responder — disse o presidente Sarney — aquilo que tenho dito sempre, ou seja, que qualquer chefe de Estado diria: nenhum país aceita ingerência nos seus assuntos internos.

Após o encontro com George Bush, o presidente Sarney embarca de volta

ao Brasil. Amanhã, fará uma escala nos Estados Unidos e neste mesmo dia estará desembarcando na Base Aérea de Brasília.

Alves: "Interesses"

Recife (Radiobrás) — O ministro do Interior, João Alves Filho, advertiu, ontem, na Sudene, que "por trás da campanha ecológica que se move sobre a Amazônia, há interesses econômicos internacionais muito fortes". Alguns erros cometidos no passado, naquela região, não justificam a preocupação sobre a capacidade brasileira de decidir sobre o seu aproveitamento, argumentou.

Ele citou a questão da hidrelétrica de Karara, cuja denominação passará a ser Belo Monte, cujo projeto deverá ter início em 1994, explicando que apenas 320 pessoas serão deslocadas da área a ser inundada, das quais 280 são indígenas. "É preciso notar que o assunto está envolto num clima emocional injustificado" — disse João Al-

ves Filho, revelando que na Amazônia estão cerca de 3/4 do potencial energético do Brasil, podendo gerar energia mais barata.

Entre os erros a que se referiu está a hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, que se fosse hoje não seria construída, e a utilização de terras inadequadas, em Rondônia, problemas que, segundo ele, são coisas do passado. O ministro também rebateu críticas do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag — que combateu a extinção do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário: Disse que a medida decorreu dos novos dispositivos constitucionais de distribuição de recursos. "Este foi o governo que procedeu ao maior número de assentamento de trabalhadores em projetos de reforma agrária" — frisou — esclarecendo que o presidente José Sarney continua dando prioridade ao social e que as mudanças que fez na área administrativa foram para tornar mais produtiva a máquina governamental.